

RELATÓRIO PARA O FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL 2025

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE

Título do workshop: [Nada sobre IA sem nós: usando a IA em prol da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência](#)

Data: 29.05.2025, 09:00-10:30

Tema do workshop: A partir do lema “nada sobre nós, sem nós”, o painel reuniu especialistas na área de acessibilidade para trazer iniciativas e atores chaves que utilizam a inteligência artificial na construção de uma internet acessível a todos, independentemente de qualquer deficiência.

Proponente: Juliana de Freitas Gonçalves

Região: Sul

Setor: Empresarial

Coproponente: Paula Guedes

Região: Sudeste

Setor: Comunidade Científica e Tecnológica

PALESTRANTES, RELATORA E MODERADORA

1. Setor privado: Juliana Gonçalves (Grupo Boticário)

Formada em Comunicação Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pós-graduada em Design de Interfaces Acessíveis (UX e Acessibilidade Digital) pela PUC-SP. Atua como UX e Product Designer há mais de 10 anos, mas atualmente trabalha focada como Especialista em Design Inclusivo no Grupo Boticário. Já foi bolsista do Programa Youth do CGI.br por 3 anos – 2016, 2018 e 2019 –, participando de fóruns nacionais (FIB) e Internacionais (IGF). Foi no FIB de 2018, onde assistiu duas palestras com o tema de acessibilidade, que se apaixonou pelo assunto e transformou a acessibilidade em objetivo de vida profissional.

2. Comunidade Científica e Tecnológica: Filipe Russo (UPC) e Reinaldo Ferraz (NIC.br)

Filipe Russo é uma pessoa com deficiência física oculta, indígena e agênera de Manaós, vivendo atualmente em Barcelona, autor dos romances premiados Caro Jovem Adulto e Asfixia. Mestrando em Ciência de Dados com ênfase em Big Data pelo programa Erasmus Mundus da União Europeia nas instituições ULB, UPC e UniPd. Revisor no periódico científico Revista Neurodiversidade e editor do blog SupereficienteMental.com.

Reinaldo Ferraz: Formado em desenho e computação gráfica e pós graduado em design de hipermídia pela Universidade Anhembi Morumbi em São Paulo. Trabalha com desenvolvimento web desde 1998. Coordena as iniciativas de acessibilidade na Web do NIC.br e projetos relacionados a Open Web Platform, Digital Publishing e Web das Coisas. Representante do NIC.br em grupos de trabalho do W3C internacional em Acessibilidade na Web, Digital Publishing e Web das Coisas. Também coordena o grupo de trabalho da ABNT responsável pela norma técnica para acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis, ministra curso de extensão na PUC-SP sobre Design de Interfaces Acessíveis e é autor de quatro livros, sendo dois deles sobre Acessibilidade na Web.

3. Sociedade Civil: Priscila Siqueira (Vale PCD)

Mulher apaixonada por promover mudanças significativas. Pessoa com deficiência, bissexual e formada em Psicologia. Fundadora e CEO do Vale PCD, uma ONG voltada para a inclusão de pessoas com deficiência que são LGBTQIA+, onde o compromisso com a diversidade e inclusão levou a ser reconhecida como LinkedIn Top Voice.

4. Setor Governamental: Maria Villela de Souza (TRT1)

Maria Villela é bacharel em Direito, graduada pelo Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais – IBMEC. Publicou premiado artigo na obra Estudos contemporâneos das ciências criminais na defesa do ser humano: homenagem a Evandro Lins e Silva, e atualmente é servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Moderação: Paula Guedes (Artigo 19 Brasil e América do Sul)

Advogada de direito digital. Doutoranda em Direito e Inteligência Artificial pela Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto. Pesquisadora do Legalite PUC-Rio. Certificada em AI Policy (Advanced) pela Center for AI and Digital Policy. Assessora plena do Programa de Ecossistemas de Tecnologias da Informação e Comunicação da Artigo 19 Brasil e America do Sul.

Relatoria: Isabela Inês (OAB/PE)

É advogada e mediadora humanista. Pós-graduada em Governança e Regulação da Internet pela Universidade de Mendoza e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi pesquisadora no Instituto Vero e no Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), com foco nos estudos sobre infância e juventude nas redes sociais, bem como na produção de mídias. Foi bolsista do Programa Youth do CGI.br em 2019. Foi fellow no Summer Institute da BKC na Universidade de Harvard. Participante do Youth Observatory, Internet Society.

ESTRUTURA DO WORKSHOP

Objetivo: Discutir a IA a partir do princípio da beneficência ao pensar a tecnologia como ferramenta estratégica para a inclusão de pessoas com deficiência em uma sociedade que tende a excluí-las.

Resultado: Buscou-se a conscientização sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso efetivo à internet e, consequentemente, a importância da promoção da universalidade e acessibilidade para todos, destacando o papel facilitador que as ferramentas de IA podem desempenhar. Os palestrantes trouxeram soluções concretas que visam a redução das desigualdades sociais, especialmente por meio do uso de técnicas de IA que, apesar dos riscos, podem servir como facilitadores da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na internet.

Justificativa: A acessibilidade está intrinsecamente relacionada ao princípio da universalidade da Internet, um dos pontos-chaves dentro do rol de princípios da Governança da Internet, o que leva à defesa da criação de uma internet universal que contribui para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos.

Metodologia:

1. **Abertura da sessão** (5 minutos): Apresentação do tema e painelistas: A moderação introduzirá o tema, apresentará brevemente os palestrantes e explicará a dinâmica do painel.
2. **Debate moderado - Intervenções para cada palestrante da mesa** (45 minutos): cada palestrante teve 10 minutos para fazer sua apresentação, tendo a oportunidade para aprofundar sua fala sobre o tema, contando suas experiências profissionais, bem como apresentar sua organização, objetivos e principais funções.
3. **Perguntas:** Ao longo do painel, houve perguntas da platéia, tanto presencial quanto virtual. Algumas das perguntas trazidas foram: “que outras ações ou políticas poderiam ser implementadas para promover um ambiente mais equitativo e acolhedor para as pessoas PCDs dentro dos Tribunais?”; “Como podemos garantir que o desenvolvimento e uso da IA sejam feitos de forma ética, para evitar vieses e garantir o tratamento igualitário?”; “a sociedade, de modo geral, se preocupa com a acessibilidade quando é na forma da lei, e não por consciência ou cidadania; porque na web seria diferente? haveria de ter mais leis nesse sentido, não?”. Suas respostas se encontram incorporadas ao longo da síntese de cada um dos palestrantes.

SÍNTESE DO DEBATE

Juliana Gonçalves

Destacou os desafios enfrentados por profissionais de design na indústria de TI, especialmente diante da falta de priorização da acessibilidade pelas empresas. Apesar de estar diretamente ligada ao aumento de vendas, a acessibilidade muitas vezes é negligenciada por ausência de métricas que evidenciem seu impacto.

Ela trouxe exemplos práticos, como o uso do app Be My Eyes com IA (GPT-4) para descrever pratos em um restaurante, demonstrando o potencial da tecnologia. Também mencionou o Grupo Boticário, que está desenvolvendo um catálogo acessível com descrição de imagens.

Ressaltou a **importância de incorporar ferramentas inclusivas desde o início dos projetos** e reforçou que a revisão e o olhar humano continuam essenciais para interpretar contextos e evitar vieses.

Filipe Russo

Chamou atenção para a tradução de textos para linguagem simples, um aspecto pouco abordado da acessibilidade. Essa prática torna os conteúdos mais compreensíveis para pessoas com deficiência intelectual e para o público leigo em geral. Ele trouxe como exemplo para atingir esse objetivo o Large Language Model (LLM, “grande modelo de linguagem”, em tradução livre). O LLM é um modelo de aprendizado de máquinas treinado para aprender a partir de enormes bases de dados. Como resultado, ele consegue gerar uma linguagem mais clara e eficiente na hora de desenvolver textos, permitindo, portanto, que as respostas sejam rápidas e acessíveis, principalmente em plataformas de IA generativas.

Priscila Siqueira

Criadora de uma ONG voltada à interseccionalidade entre deficiência e população LGBTQIA+, falou sobre a falta de visibilidade e mapeamento desses grupos em espaços LGBTQIA+. Apontou que, **enquanto a tecnologia facilita a vida de quem não tem deficiência, ela possibilita a vida para quem tem**. Exemplos de tecnologias acessíveis citadas foram apps que leem códigos de barras, o Be My Eyes com IA, a transcrição automática no WhatsApp e a geração de legendas por IA.

Alertou, no entanto, para falhas como o reconhecimento facial ineficaz para pessoas trans, evidenciando a necessidade de revisão crítica dessas tecnologias.

Maria Vilela

Relatou sua experiência no Judiciário desde 2005, antes da digitalização via PJe. Ressaltou como a acessibilidade melhorou com o sistema eletrônico, mas ainda apontou que **os sistemas continuam sendo feitos sem considerar plenamente a diversidade humana**. Trouxe sua experiência pessoal como servidora pública, onde, inicialmente, tinha várias dificuldades para conseguir trabalhar, mas com as novas tecnologias, ela consegue ter mais autonomia no Tribunal. Contudo, também trouxe que ainda há muito o que se aprimorar, por exemplo, na própria estrutura física do prédio que não tem acessibilidade suficiente.

Reinaldo Ferraz

Afirmou que a IA já faz parte do cotidiano e que, se usada corretamente, pode **simplificar conteúdos e auxiliar no desenvolvimento de ferramentas acessíveis**. Mencionou recursos voltados a programadores e verificadores automáticos de acessibilidade,

reforçando que essas ferramentas também **empoderam os usuários**, permitindo que eles identifiquem e até corrijam falhas nos sistemas.

PONTOS A APROFUNDAR

A Inteligência Artificial tem se mostrado uma ferramenta poderosa na promoção da acessibilidade, desde que seja aplicada com responsabilidade e foco na diversidade humana. Ainda há obstáculos significativos, claro, como o caso da (1) falta de priorização pelas empresas; (2) Ausência de métricas que comprovem o impacto positivo da acessibilidade; (3) Poucas ferramentas inclusivas implementadas por padrão.

Exemplos como o Be My Eyes com IA e a tradução para linguagem simples revelam o potencial real da tecnologia em empoderar pessoas com deficiência. No entanto, a presença humana continua indispensável para evitar vieses e interpretar contextos de forma precisa. Ademais, a interseccionalidade, especialmente de pessoas LGBTQIA+ com deficiência, também precisa ser considerada no desenvolvimento de tecnologias, que ainda apresentam limitações, como no reconhecimento facial de pessoas trans.